

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

1. **Jussara Hoffmann em sua Avaliação Mediadora, delinea relações passíveis de investigação entre as diferentes concepções sobre o aprender e o avaliar e o entendimento dos termos acompanhamento e diálogo a partir dessas concepções. Na concepção abaixo identifique o correto:**

- I – **aprendizagem significa analisar a razão das coisas e pressupõe a desorganização das experiências vividas pelos sujeitos numa compreensão progressiva das noções.**
- II – **Avaliação significa ação provocativa do professor desafiando o aluno a refletir sobre as situações vividas, a formular e reformular hipóteses, encaminhando-se a um saber enriquecido.**
- III – **Dialogar é refletir em conjunto (professor e aluno) sobre o objeto de conhecimento. Acompanhar é favorecer o “vir a ser” desenvolvendo ações educativas que possibilitem novas descobertas.**

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, III.
- (B) I, II.
- (C) II, III.
- (D) I, III.

2. **A avaliação mediadora que Jussara Hoffmann defende estabelece alguns princípios e dentre eles pode-se citar:**

- (A) O processo de transformação se inicia de forma lenta e com muitas resistências dos alunos. Uma vez compreendido, o processo alcança bons resultados.
- (B) A proposta não exige a reflexão permanente do grupo e nem ajustes freqüentes.
- (C) Os alunos passam a mostrar-se menos interessados em vencer suas dificuldades e a não refazer seus trabalhos.
- (D) Percebe-se com maior clareza a dimensão das facilidades dos alunos.

3. **A avaliação Mediadora, obra de Jussara Hoffmann representa uma proposta de encaminhamento da reflexão à ação e a prática avaliativa utilizada pelos professores deve orientar-se por algumas linhas mestras, como:**

- (A) Propor, a cada etapa, novas tarefas desafiadoras para desenvolver nos alunos o gosto pela descoberta.
- (B) Oportunizar aos alunos muito momentos para expressar suas idéias e retomar dificuldades referentes aos conteúdos introduzidos e desenvolvidos.
- (C) Assinalar certo e errado nas tarefas dos alunos e atribuir conceitos ou notas a cada tarefa realizada.
- (D) Realizar muitas tarefas individuais para que os alunos superem suas dificuldades.

4. **Jussara Hoffmann em sua Avaliação na Pré-escola, afirma que o tema da avaliação é por demais complexo, justamente, porque é diretamente dependente da**

observação das crianças em sua exploração permanente do mundo e da aproximação dos educadores com a realidade sócio – cultural dessas crianças, à luz de suas próprias representações, teorias, sentimentos. A autora aponta pressupostos básicos no delineamento de uma proposta de avaliação mediadora em educação infantil:

- I – uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sócio-cultural; e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem experienciadas.
- II – um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios.
- III – um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão, acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embasador do repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I, II.
- (B) II, III.
- (C) I, III.
- (D) I, II, III.

5. A avaliação mediadora na pré-escola no entender de Jussara Hoffmann, apresenta princípios norteadores que fundamentam a elaboração de registros de avaliação, como:

- (A) princípio de investigação docente.
- (B) princípio de provisoriedade dos juízos estabelecidos.
- (C) princípio de complementariedade.
- (D) princípio sintetizador.

6. O registro da história da criança, no processo avaliativo, não pode no entender de Jussara Hoffmann, significar apenas memória como função bancária, ou seja, há que se pensar no significado desse registro para além da coleta de dados ou informações. Relatórios de avaliação têm por objetivo historicizar os caminhos que cada criança vem percorrendo em busca de conhecimento do mundo e desenvolvimento de valores pessoais, retratando, assim a dinamicidade de sua ação de conhecer. A autora sugere questões no sentido de um encaminhamento a uma prática de elaboração de relatórios de avaliação numa perspectiva mediadora, como:

- (A) Percebe-se o caráter coletivo no acompanhamento da criança?
- (B) Os objetivos norteadores da análise do desenvolvimento da criança transparecem nos relatórios?
- (C) Percebe-se o caráter conservador do processo avaliativo?

- (D) Privilegia-se, ao final do relatório, o caráter mediador do processo de desenvolvimento da criança?

7. Ao longo do século XX, os diferentes movimentos progressistas questionaram o papel dos livros didáticos. Segundo Antoni Zabala, seguidamente se manifestaram radicalmente contra seu uso, até o ponto de que ainda hoje se escutam críticas ou desclassificações generalizadas a este tipo de material. A maior parte das críticas aos objetivos e aos conteúdos é de caráter ideológico e giram em torno das seguintes considerações:

- I – Dada sua condição de produto, estão mediatizados por uma infinidade de interesses. São livros que reproduzem os valores, as idéias e os preconceitos das instâncias intermediárias, baseadas em proposições vinculadas a determinadas correntes ideológicas e culturais.**
- II – A maioria dos livros didáticos, devido a sua estrutura, trata os conteúdos de forma multidirecional; oferece idéias diversas à margem da linha estabelecida.**
- III – Com freqüência, as opções postuladas são transmitidas de forma dogmática, apresentadas como conhecimentos acabados e sem possibilidade de questionamento.**
- IV – Os livros didáticos, apesar da grande quantidade de informação que contém, não podem oferecer toda a informação necessária para garantir a comparação.**

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, III.
- (B) I, III, IV.
- (C) II, III, IV.
- (D) I, II, IV.

8. Atualmente, a contribuição mais interessante do suporte da informática no que se refere às necessidades do ensino encontra-se na retroatividade, quer dizer, na possibilidade de estabelecer um diálogo mais ou menos aberto entre programa e aluno. No âmbito da informática, esta condição, que em certa medida também se dá nos outros meios, tem a virtude de se adaptar aos ritmos e às características de cada um dos meninos e meninas. Sua importância na educação é, conforme A. Zabala:

- (A) Um instrumento para a desconstrução de conceitos.
- (B) Os programas de computador substituem as fichas de trabalho ou bloco de exercícios seqüenciados.
- (C) O uso dos suportes da informática não tem que nos levar a uma situação de trabalho estritamente individual, mas deve-se considerá-lo como mais um dos recursos que podemos utilizar para alcançar objetivos da melhor maneira possível.

- (D) Os programas de computador exercem pouca função como suporte para qualquer trabalho de simulação de processos que, por suas características, são perigosos ou cuja realização pode ser complexa.

9. Na Prática Educativa de Antoni Zabala, a partir de uma opção que contempla como finalidade fundamental do ensino a formação integral da pessoa e, conforme uma concepção construtivista, a avaliação sempre tem que ser formativa, de maneira que o processo avaliador, independentemente de seu objeto de estudo, tem que observar as diferentes fases de uma intervenção que deverá ser estratégica. Afirma-se sobre avaliação formativa:

- I – permite conhecer qual é a situação de partida, em função de determinados objetivos gerais bem definidos – avaliação inicial:**
- II – tem um planejamento da intervenção fundamentado e, ao mesmo tempo, flexível, entendido como uma hipótese de intervenção; uma atuação na aula, em que as atividades e tarefas e os próprios conteúdos de trabalho se adequarão constantemente – avaliação reguladora.**
- III – não permite adequação às necessidades que vão se apresentando para chegar a determinados resultados – avaliação final.**
- IV – leva a uma compreensão e valoração sobre o processo seguido, que permite estabelecer novas propostas de intervenção – avaliação integradora:**

Estão corretas as afirmações:

- (A) I, II, III.
- (B) II, III, IV.
- (C) I, III, IV.
- (D) I, II, IV.

10. Bernard Spodek e Olívia N. Saracho, citam em sua obra Ensinando crianças de três a oito anos, que o Programa de Credenciamento da Associação de Desenvolvimento Infantil (CDA) identificou seis áreas gerais e treze áreas funcionais de competência como requisitos para ensinar crianças pequenas. Determinar se um indivíduo possui estas competências é um processo complexo, no qual uma equipe julga o desempenho do candidato em sala de aula, pela observação direta e pela avaliação de seu repertório de materiais de trabalho. A Área II, da Promoção da Competência Física e Intelectual são respectivamente:

- (A) Competência física, competência cognitiva, criatividade, auto conceito
- (B) Competência física, competência cognitiva, linguagem, ambiente
- (C) Competência física, competência cognitiva, linguagem, criatividade
- (D) Competência física, competência cognitiva, criatividade, saúde

11. De acordo com Piaget, a criança dá sentido ao mundo pelo desenvolvimento de esquemas. Na obra Ensinando crianças de três a oito anos, Spodek e Saracho explicam Piaget:

- I – um esquema é um construto mental que represente um conjunto de entendimentos.**
- II – na assimilação, os indivíduos modificam seus conceitos para incorporar novas informações.**
- III – na acomodação, os indivíduos internalizam informações que são consistentes com o conhecimento que já possuem.**
- IV – A equilibração é o balanço entre a assimilação e a acomodação.**

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) III e IV
- (D) I e IV

12. Spodek e Saracho lembram que os professores de hoje estão sendo confrontados com a necessidade de reconhecerem as diferenças entre as crianças e de proporcionarem uma educação que responda a estas diferenças. Sugerem que os professores precisam responder diferentemente a crianças com origens culturais diversas. Christine E. Sleeter e Carl A. Grant identificaram abordagens para a educação multicultural e entre elas:

- (A) de estudos sobre indivíduos isolados.
- (B) de relações humanas.
- (C) positivista.
- (D) das igualdades sociais básicas.

13. Na fundamentação filosófica da Educação Inclusiva segundo o MEC, o conceito de cidadania em sua plena abrangência engloba direitos políticos, civis, econômicos, culturais e sociais. A exclusão ou limitação em qualquer uma dessas esferas fragiliza a cidadania, não promove a justiça social e impõe situações de opressão ou violência. Exercer a cidadania é:

- (A) Conhecer direitos e deveres no exercício da convivência individual.
- (B) Reconhecer as dinâmicas sociais
- (C) Não participar do debate permanente sobre causas coletivas, nem se manifestar com autonomia desrespeitando seus pares.
- (D) Realizar uma análise descritiva da realidade.

14. O Brasil, segundo o MEC, enquanto membro da ONU e signatário dos documentos produzidos para nortear o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros, reconhece seus conteúdos e os tem respeitado, na elaboração das políticas públicas internas. É, portanto, signatário da Declaração de Salamanca, ou seja, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais – acesso e qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha), em junho de 1994, que teve como objeto específico de discussão, a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais. Nela, o Brasil, como país signatário, declarou:

- (A) Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades.
- (B) As crianças do sexo feminino, têm direito fundamental à educação e a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos.
- (C) As pessoas com necessidades educacionais especiais não devem ter acesso às escolas comuns, pois não poderão ser integradas numa pedagogia centralizada na criança.
- (D) Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que são aprendidos por imitação.

15. A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a inclusão de questões sociais no currículo escolar não é uma preocupação inédita. O conjunto de Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático. Indo além do que se refere à organização dos conteúdos, o trabalho com a proposta da transversalidade se define em torno de quatro pontos. Dentre eles observa-se:

- (A) Os temas constituem novas áreas, pressupondo um tratamento integrado nas diferentes áreas.
- (B) A inclusão dos temas não implica a necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade.
- (C) A perspectiva transversal aponta uma transformação da prática pedagógica, pois rompe a limitação da atuação dos professores às atividades formais e amplia a sua responsabilidade com a formação dos alunos.
- (D) A proposta da transversalidade não traz a necessidade de a escola refletir nem atuar conscientemente na educação de valores e atitudes em todas as áreas, garantindo que a perspectiva político-social se expresse no direcionamento do trabalho pedagógico.

16. A proposta de História para o ensino fundamental, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, foi concebida para proporcionar reflexões e debates sobre a importância dessa área curricular na formação dos estudantes, como referências aos educadores, na busca de práticas que estimulem e incentivem o desejo pelo conhecimento. Espera-se que ao longo do ensino fundamental, os alunos gradativamente possam ler e compreender sua realidade, posicionar-se, fazer escolhas e agir criteriosamente. Nesse sentido, o aluno deverá ser capaz de:

- (A) Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço.
- (B) Compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações:
- (C) Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas conseqüências em diferentes espaços e tempos, de modo a construir referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais.

- (D) Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços técnicos e tecnológicos e as transformações sócio culturais são conquistas decorrentes de conflitos e acordos.

17. O domínio da linguagem, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Ed. Infantil, surge do seu uso em múltiplas circunstâncias, nas quais as crianças podem perceber a função social que ela exerce e assim desenvolver diferentes capacidades. Os conteúdos para crianças de zero a três anos devem levar em conta:

- (A) Observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas, histórias em quadrinhos etc.
- (B) Elaboração de perguntas e respostas de acordo com os diversos contextos de que participa.
- (C) Relato de experiências vividas e narração de fatos em seqüência temporal e causal.
- (D) Participação em situações que envolvem a necessidade de explicar e argumentar suas idéias e pontos de vista.

18. Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a organização de situações de aprendizagens orientadas ou que dependem de uma intervenção direta do professor permite que as crianças trabalhem com diversos conhecimentos. Estas aprendizagens devem estar baseadas não apenas nas propostas dos professores, mas, essencialmente, na escuta das crianças e na compreensão do papel que desempenham a experimentação e o erro na construção do conhecimento. Para que as aprendizagens infantis ocorram com sucesso, é preciso que o professor considere, na organização do trabalho educativo:

- (A) A interação com crianças mais velhas e em situações diversas para promover a aprendizagem.
- (B) Que os conhecimentos prévios não devam ser considerados; apenas novas informações devem ser estabelecidas.
- (C) O grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que não devam ser significativas e nem sejam apresentadas de maneira integrada.
- (D) A resolução de problemas como forma de aprendizagem.

19. No documento subsidiário A Política de Inclusão, do MEC, cita-se necessidade de uma equipe interdisciplinar que poderá ser constituída por profissionais da educação especial, pedagogia, psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, bem como profissionais que atuam como conselheiros tutelares, agentes comunitários de saúde e, outros conforme o contexto de cada comunidade. Dentre as competências da equipe destaca-se atividade como:

- I – a realização do levantamento de necessidades específicas da escola.
- II – a orientação e supervisão dos agentes da Rede de Apoio à Educação Inclusiva.
- III – o desenvolvimento de estratégias de parceria entre as escolas com instituições não governamentais, exclusivamente.

IV – a orientação e acompanhamento das famílias de alunos com necessidades educacionais especiais.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I, II, III.
- (B) II, III, IV.
- (C) I, II, IV.
- (D) I, III, IV.

20. Conforme o MEC, na sua política de inclusão, há a necessidade de se pensar estratégias para o desenvolvimento das políticas nessa área que, ao mesmo tempo, considerem os avanços já produzidos e não se limitem a elas. Com esta perspectiva, a interface entre as áreas da saúde e educação, que tenham como propósito a união de esforços e recursos relacionados à inclusão escolar da pessoa com necessidades educacionais especiais pode se concretizar através da criação de uma Rede de Apoio à Educação Inclusiva. Dentre seus princípios norteadores encontra-se:

- (A) Reduzir a meta constitucional de municipalização das políticas públicas.
- (B) A sustentação da política de inclusão que inclua a dimensão da interdisciplinaridade em seus fundamentos metodológicos.
- (C) Pensar a função da escola e da saúde no processo de aprendizagem e socialização para aquém dos limites instituídos.
- (D) O enfrentamento da exclusão social de pessoas com deficiência física não implica saberes, formações e estruturas das instâncias administrativas para uma gestão que exige uma significação do papel do Estado na implementação das políticas.

21. Analisando os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere à organização da educação nacional, é CORRETO afirmar:

- I - Cabe ao estado assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.**
- II - Compete ao estado oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental.**
- III - Os municípios poderão optar por se integrarem ao sistema estadual de ensino ou compor, com ele, um sistema único de educação básica.**
- IV - Cabe ao estado elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação.**

Assinale:

- (A) somente a alternativa I.
- (B) I e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) todas estão corretas.

22. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20/12/1996, estabeleceu como componentes da educação básica:

- (A) a educação infantil e os dois primeiros ciclos do ensino fundamental.
- (B) a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.
- (C) ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior.
- (D) a educação infantil e os dois primeiros segmentos do ensino fundamental.

23. Qual das alternativas abaixo NÃO é determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96):

- (A) O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (B) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
- (C) o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- (D) O sistema de ensino da União é obrigado a ofertar educação escolar aos povos indígenas apenas em Língua Portuguesa. A língua materna de cada tribo poderá ser componente curricular, desde que obedeça a regulamentação curricular da FUNAI.

24. Segundo o Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), considera-se criança e adolescente, respectivamente, a pessoa:

- (A) até doze anos e entre doze e vinte e um anos de idade.
- (B) até onze anos e entre onze e dezenove anos de idade.
- (C) até onze e entre onze e vinte e um anos de idade.
- (D) até doze e entre doze e dezoito anos de idade.

25. Conforme o Art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), é tarefa do Conselho Tutelar zelar pelo cumprimento dos direitos:

- (A) do indivíduo e da coletividade.
- (B) da criança e do adolescente.
- (C) dos jovens e dos adultos.
- (D) da família e das comunidades.

26. Ao adolescente empregado é permitido:

- (A) o trabalho insalubre por breve período de tempo, em caso de necessidade familiar.
- (B) o trabalho em regime familiar de trabalho.
- (C) o trabalho realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte, respeitando assim seu horário escolar.
- (D) o trabalho profissionalizante, mesmo que este impeça sua frequência no ensino regular, uma vez que a profissionalização supre a necessidade do ensino regular.

27. Assinale a alternativa incorreta sobre APM (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES):

- (A) terá por finalidade colaborar na administração da escola e no aprimoramento do processo pedagógico e educacional.

- (B) fará a programação de atividades culturais e de lazer que envolvam a participação exclusiva dos alunos da rede de educação seja ela estadual ou municipal.
- (C) favorecer o entrosamento entre professores e pais.
- (D) definir prioridades para aplicação de recursos.

28. Os recursos para atender os objetivos da APM serão obtidos:

- (A) exclusivamente por meio de convênios.
- (B) por meio de convênio com as prefeituras da região.
- (C) por meio de subvenções diversas e doações.
- (D) somente por meio de doações, declarados os doadores.

29. São considerados sócios natos:

- (A) diretor da escola, o vice diretor e os pais dos alunos exclusivamente da educação básica.
- (B) o diretor da escola e o vice diretor exclusivamente.
- (C) os ex alunos maiores de 21 anos e os ex professores desde que aceitos conforme regras estatutárias.
- (D) diretor da escola, vice diretor, os professores e demais integrantes dos núcleos de apoio técnico pedagógico.

30. Sobre a lei que regulamenta o FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) , assinale a alternativa incorreta:

- (A) o valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente constitui-se valor de referência relativo aos anos do ensino fundamental urbano e será determinado contabilmente em função da complementação da União.
- (B) a vinculação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecida pela Constituição Federal suportará, no máximo trinta por cento da complementação da União.
- (C) é autorizada a utilização dos recursos provenientes da arrecadação da contribuição social do salário educação, a que se refere a Constituição Federal , na complementação da União aos Fundos.
- (D) é considerado crime de responsabilidade da autoridade competente o não cumprimento da complementação pela União, conforme determina a Lei 11.494/2007 – FUNDEB (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO).

31. Sobre a distribuição de recursos é incorreto afirmar:

- (A) nas entidades filantrópicas serão consideradas para fim de distribuição de recursos , o cômputo das matrículas efetivadas na educação infantil oferecidas em creches para crianças de até três anos de idade.
- (B) os estados e municípios poderão no prazo de noventa dias da publicação dos dados do censo escolar no Diário Oficial da União, apresentar recursos para retificação dos dados publicados.

- (C) serão considerados, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializada.
- (D) o direito à educação infantil será assegurado às crianças até o término do ano letivo em que completarem seis anos de idade.

32. Sobre a utilização dos recursos é correto afirmar que:

- (A) até cinqüenta por cento dos recursos recebidos poderão ser utilizados no exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- (B) os recursos serão utilizados no exercício financeiro em forem creditados.
- (C) pelo menos oitenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.
- (D) não é vedada a utilização dos recursos dos Fundos para o financiamento das despesas não consideradas de manutenção da educação básica.

33. Sobre a evolução funcional, de acordo com a Lei 110, de 08 de janeiro de 1998, é incorreto afirmar:

- (A) a evolução funcional dos ocupantes de cargos públicos de docente do Quadro do Magistério dar-se-á única e exclusivamente por progressão.
- (B) os cargos públicos de docentes do Grupo Ocupacional do Magistério possuirão trinta e seis estágios, em um único nível, denominado Nível I.
- (C) a progressão será automática toda vez que o servidor atingir nove pontos.
- (D) pelo critério de pontuação o servidor receberá dois pontos por assiduidade.

34. São deveres do integrante do Quadro do Magistério Público Municipal:

- (A) receber remuneração por serviço extraordinário.
- (B) dispor de instalações e material pedagógico.
- (C) incentivar a participação entre educandos, demais educadores e a comunidade em geral.
- (D) gozar férias regulamentares.

35. Assinale a alternativa incorreta:

- (A) o “cheque férias” é um abono pecuniário correspondente a vinte dias da remuneração do integrante do Quadro do Magistério Público Municipal.
- (B) não será computado como tempo de serviço o já considerado para concessão de qualquer aposentadoria através de outro sistema de previdência social.
- (C) durante o recesso escolar, não poderá o docente ser convocado para participar de reuniões pedagógicas.
- (D) o auxílio transporte pelo trabalho em zona rural não se incorporará para nenhum efeito.

36. São considerados princípios básicos do SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO - LEI 142/98:

- (A) oferecer educação infantil e ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

- (B) oferecer atendimento especializado e gratuito aos educandos com necessidades especiais.
- (C) valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público.
- (D) zelar junto aos pais e responsáveis, pela freqüência à escola.

37. Assinale a alternativa incorreta:

- (A) comprovada a negligência do Chefe do Executivo Municipal para garantir o oferecimento do ensino obrigatório poderá ele ser imputado por crime de responsabilidade.
- (B) é dever do município organizar, manter e desenvolver órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino.
- (C) é dever do município oferecer a educação infantil em creches e pré escolas e , com prioridade , o ensino fundamental.
- (D) o Sistema Municipal de Ensino deve garantir a participação de docentes e dos pais em questões ligadas à educação na formação de políticas e diretrizes para a educação estadual e nacional.

38. É competência do Departamento Municipal de Educação:

- (A) a execução da política do Governo Municipal no setor da Educação.
- (B) propor modificações na estrutura do Departamento de Educação.
- (C) sugerir medidas para a realização do censo escolar do município.
- (D) formular a política educacional do município.

39. Sobre os educandos com necessidades educacionais especiais é incorreto afirmar:

- (A) apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitação no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares.
- (B) apresentam altas habilidades / superdotação apesar da grande dificuldades de aprendizagem.
- (C) dificuldades de aprendizagem, mesmo aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica.
- (D) altas habilidades que os leva a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

40. É correto afirmar, tendo por base as DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA que :

- (A) as escolas especiais, públicas e privadas, devem cumprir as exigências legais similares às de qualquer escola comum quanto ao procedimento de credenciamento e autorização de funcionamento de cursos e posterior reconhecimentos.
- (B) somente as escolas especiais privadas devem cumprir as exigências legais similares às de qualquer escola comum quanto ao procedimento de credenciamento e autorização de funcionamento de cursos e posterior reconhecimentos, uma vez que as públicas terão seu reconhecimento automático independente de cumprir as exigências legais pois são de caráter assistencial.

- (C) somente as escolas especiais públicas devem cumprir as exigências legais similares às de qualquer escola comum quanto ao procedimento de credenciamento e autorização de funcionamento de cursos e posterior reconhecimentos, uma vez que as particulares são regidas por legislação específica para as escolas privadas de qualquer tipo.
- (D) fica totalmente proibida a formação de parcerias entre as escolas para educação especial na educação básica com instituições de ensino superior, uma vez que os educandos não podem servir de objeto de pesquisa e estudos de casos relativos ao processo de ensino, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).